

Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2008 > 2010

27 de Março
2009



1. Os pilares da Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social (ENPSIS)
2. PNAI – Prioridades e justificação
3. PNAI – Medidas por prioridade (exemplos)
4. PNAI - Que governação?
5. PNAI – Boas Práticas

1. Os Pilares da Estratégia - ENPSIS

EN PSIS

Objectivos Comuns Europeus (MAC)

1. Promover a coesão social e a igualdade de oportunidades para todos
2. Interagir com os objectivos de maior crescimento económico e mais e melhores empregos

3. Reforçar a governação

Plano Nacional de Acção para a Inclusão

Produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social

Relatório Nacional de Estratégia para as Pensões

Garantir pensões adequadas e sustentáveis

Relatório Nacional de Estratégia para os Cuidados de Saúde e de Longa Duração

Assegurar cuidados de saúde e de longa duração acessíveis, adequados e sustentáveis

A Estratégia Nacional

- > **Continuidade dos objectivos comuns europeus** e actualização das estratégias nacionais de acordo com **recomendações e desafios** identificados pela Comissão Europeia (MAC);
- > Manutenção e reforço das **prioridades políticas** assumidas no **ciclo anterior** reforçando uma resposta integrada aos objectivos e desafios para o conjunto dos pilares;
- > **Articulação e integração estratégica com o PNR**, para maior presença das **prioridades sociais**.

1. Os Pilares da Estratégia - ENPSIS

Múltipla orientação para garantir:

- > **Acessibilidade** de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços
- > **Adequação e qualidade** adaptando as políticas à evolução das necessidades e exigências das sociedades modernas
- > **Sustentabilidade e viabilidade financeira** a longo prazo e com utilização racional dos recursos

Transversalidade das questões de:

- > **Género**
- > **Deficiência e Incapacidades**
- > **População imigrante e das minorias étnicas**

1. Os Pilares da Estratégia – ENPSIS

Eixos e Objectivos

E I X O 1	Fazer face ao impacto das alterações demográficas	O B J E C T I V O S	Apoiar a natalidade e a infância Apoiar a conciliação entre a actividade profissional e a vida pessoal e familiar Promover o envelhecimento activo com qualidade e prevenir e apoiar a dependência
E I X O 2	Promover a inclusão social (Prevenção de situações de pobreza e redução das desigualdades)	O B J E C T I V O S	Promover a inclusão social activa: Favorecendo a melhoria do rendimento Proporcionando mais e melhor acesso a serviços Apoiando a integração socio-profissional Melhorar as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis Favorecer a inclusão social de grupos específicos (nomeadamente pessoas com deficiências ou incapacidades, pessoas sem-abrigo, imigrantes e minorias étnicas)

Exclusão – perfil de problemas

- i) Pobreza Infantil e dos Idosos
- ii) Insucesso Escolar e Abandono Escolar Precoce
- iii) Baixos Níveis de Qualificação
- iv) Participação Diminuta em Acções de Aprendizagem ao Longo da Vida
- v) Info-exclusão
- vi) Desigualdades e Discriminação no Acesso a Direitos por Parte de Grupos Específicos

Prioridades

- Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania
- Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação
- Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiência e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas

3. PNAI 2008>10 – Exemplificação de Medidas

Prioridade 1 | Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

Medidas Transversais

1. Apoio ao Alojamento

- Redução da taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI)
- Alargamento do período de isenção a conceder relativamente a prédios urbanos para habitação própria permanente
- Majoração das despesas com habitação (juros e amortização) em função da matéria colectável
- Habitação e Mobilidades - bolsa de habitação disponíveis
- Gestão de Proximidade do Parque Habitacional
- Residência apoiada – arrendamento via entidades de solidariedade social

3. PNAI 2008>10 – Exemplificação de Medidas

2. Acesso à Justiça

- Revisão da Lei de Acesso ao Direito e Apoio Judiciário

3. Saúde

- Saúde 24 (acesso aos serviços com melhor encaminhamento dos utentes)

4. Inserção Laboral

- Incentivos à contratação de públicos desfavorecidos
- Combate à Precariedade Laboral (Redução das taxas contributivas para Segurança Social e combater uso abusivo recibos verdes)
- Reforço da Protecção da Parentalidade, através:
 - dos direitos do Pai
 - da duração da licença Parental e reforço da partilha
 - do Incentivo ao trabalho a tempo parcial e os cuidados na primeira infância

5. Serviços Específicos

- Ocupação social das pessoas desocupadas
- Reforço da Rede de Emergência Social (Protocolo com CVP e melhoria da distribuição territorial no apoio alimentar)

Medidas Específicas – Crianças

1. Melhoria e Reforço da Protecção Social – Prestações e Benefícios Fiscais

- Bonificação do Abono Família para agregados monoparentais
- Actualização extraordinária do Abono de Família para crianças e jovens de agregados de menores recursos
- Subsídio Social na Maternidade, Paternidade e Adopção
- Dedução à colecta nas famílias com filhos menores de 3 anos

Medidas Específicas – Crianças (cont.)

2. Melhoria/Reforço do Apoio Escolar

- Apoio da Acção Social Escolar em linha com escalões de abono da família:
 - Manuais escolares
 - Disponibilização de refeições
 - Passe escolar 4_18@escolar (deslocações casa – escola, em transportes públicos)

3. Melhoria e Qualificação de Respostas Sociais

- Apadrinhamento civil (para a integração de crianças e jovens em ambiente familiar)

Medidas Específicas – Idosos

Bens, Serviços e Equipamentos Sociais

- Programa de Equipamentos Sociais (POPH)
 - Nova linha de financiamento
 - Programa de requalificação de equipamentos antigos

Prioridade 2 | Corrigir as desvantagens na educação e formação/ qualificação

Crianças e Jovens (Medidas)

Bens, Serviços e Equipamentos Sociais

- Gabinete de Apoio ao Aluno (prevenção e sinalização de problemas)

TIC

- Infra-estruturação tecnológica das escolas
 - Aquisição de computadores videoprojectores e quadros interactivos
 - Ligação à internet
 - Redes de área local
- Formação relativa do plano tecnológico da educação
 - Formação em TIC do pessoal docente e não docente
 - Formação em contexto real de trabalho em grandes empresas
 - Formação de indústria reforçando qualificações e empregabilidade

Crianças e Jovens (Medidas)

TIC (Cont.)

- Portal da Escola
 - Plataforma para acesso a recursos educativos digitais
- Programas de generalização do acesso a computadores com ligação à Internet e Banda Larga: e-escolinha
- Centros de inclusão digital-escolhas para actividades das TIC junto de crianças e jovens (Programa Escolhas)
- Redes Comunitárias em Banda Larga em regiões desfavorecidas
- Duplicação da Rede de Espaços Internet/Programa Ligar Portugal
 - com condições e monitores especializados para utilizadores com necessidades especiais (Programa Ligar Portugal)

Prioridade 3| Ultrapassar as discriminações reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiência e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas

Pessoas com Deficiências e Incapacidades (Medidas)

- Revisão do regime da protecção na deficiência
- Simplificação de atribuição e financiamento de ajudas técnicas (através de nova aplicação informática prescrição, atribuição e financiamento)
- Reforço dos equipamentos sociais (POPH)
- Lançamento de Unidades de Cuidados Continuados de Saúde Mental

Pessoas com Deficiências e Incapacidades (cont.)

- Revisão do sistema de educação especial nas escolas públicas
- Programa de Português como segunda língua para alunos surdos
- Formação em educação especial: para auxiliares da acção educativa
- Centro de recursos para a inclusão (CRI) – reorientação de escolas de educação especial para centros de recursos de apoio à escola pública
- Apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação em mercado de trabalho
- Assistência jurídica

Imigrantes (Medidas)

- Call Centre – para questões em matéria de registos e notariado, incluindo de nacionalidade
- Balcões de nacionalidade em conservatórias do registo civil
- Cursos de língua Portuguesa para estrangeiros (iniciação e Português técnico)
- Apoio ao empreendedorismo, e criação de redes empresariais de actividades económicas (formação, tutoria, consultoria e assistência técnica à criação de redes inter-empresas)
- Unidade de Apoio à vítima imigrante e de discriminação étnica
- Combate ao Tráfico de Seres Humanos:
 - Observatório do Tráfico de Seres Humanos
 - Apoio às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

Minorias Étnicas/População Cigana (Medidas)

- Melhoria do conhecimento e da intervenção (população cigana)
 - Grupo consultivo para a Inserção das Comunidades Ciganas
 - Formação de agentes que trabalham com as comunidades ciganas
- Alojamento
 - Diagnóstico das experiências no âmbito da habitação social e relação com as iniciativas de políticas públicas

Pessoas Sem-Abrigo (Medidas)

- Melhoria da protecção social e inserção
 - Planos individuais de Reinserção – acompanhamento personalizado
- Melhoria do conhecimento e informação
 - Sistema de informação e monitorização do fenómeno Sem-Abrigo

Governação

1. Coordenação Política

1. Pontos Focais (sectores e acompanhamento)

2. Resoluções Assembleia da Republica

i) Relatório anual sobre a execução do PNAI

(Resolução da Assembleia da República n.º 10/2008, DR n.º 56; Série I de 2008-03-19)

ii) Definição de um limiar de pobreza

(Resolução da Assembleia da República n.º 31/2008, DR n.º 141; Série I de 2008-07-23)

4. PNAI 2008>10 – Que Governação?

2. Participação dos principais actores

Plataforma de Planos Sectoriais

Pontos Focais Sectoriais

FNGIS

Redes Sociais Locais e Plataformas Supra Concelhias

3. Divulgação da informação

Encontros temáticos

Publicações

Eventos em parceria

Estudos

4. Mainstreaming

Pontos Focais

5. Processo de monitorização

Indicadores de Laken

Indicadores de resultados

Indicadores de acompanhamento

Meios para a concretização da Governação

- 1. Qualificação dos técnicos e dirigentes na área das questões sociais**
- 2. Igualdade de género**
 - a) Reforço do papel da sociedade civil
 - b) Apoio técnico e financeiro às ONG
 - c) Educação e formação ao longo da vida
- 3. Diversidade cultural**
- 4. Estudo, Indicadores e informação qualificada**
 - a) Sobre a discriminação múltipla das mulheres com deficiência
 - b) Práticas de inclusão social na área da justiça
 - c) Disseminação de Informação na área da justiça

Boas Práticas

- **Projecto Transnacional Local Action Plans & Regional Action Plans (LAP's & RAP's)**
- **Empresários Pela Inclusão Social (EPIS)**
- **Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de *Bairros Críticos***

Projecto LAP's & RAP's - Exemplo

➤ Projecto Transnacional Local Action Plans & Regional Action Plans (LAP's & RAP's)

Objectivo: Desenvolvimento da estrutura e metodologia para a elaboração de Planos Locais/Regionais de Acção para a Inclusão em articulação com:

- Uma das prioridades políticas definidas pela UE (em 2006) – Ultrapassar as discriminações face à população imigrante
- Prioridades do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2006-2008)

Região/ Distrito: [Algarve](#)

Projecto LAP's & RAP's – (Cont.)

Construção de um Plano Regional de Acção para a Inclusão assente numa Estratégia Regional que pretende responder aos seguintes desafios:

- Reduzir a pobreza e a exclusão social dos cidadãos residentes na região, garantindo que as medidas/ instrumentos nacionais e regionais sejam efectivamente implementados e monitorizados
- Melhorar o acesso dos cidadãos imigrantes aos direitos e serviços
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos imigrantes
- Contribuir para a concepção e/ ou adequação de medidas de política ao nível nacional

Implementação do Projecto LAPs & RAPs – Fase II – (Cont.)

- Um projecto potenciado pela Plataforma Supra-Concelhia das Redes Sociais do Algarve
Conhecimento e apropriação do Plano, pela necessidade de operacionalização das medidas.
Alargamento das entidades que compõem o Grupo Técnico com objectivo de ligação à Plataforma (Associação In Loco, REAPN Algarve, representantes municípios – CM Faro e CM Tavira).
- Fase actual - Processo de Monitorização das medidas existentes, sistematização e divulgação da informação às entidades da Plataforma.

Plano Nacional de Acção para a Inclusão

2008 > 2010

ENPSIS
www.mtss.gov.pt

